

deveria ter quinze representantes na Casa, não apenas na próxima legislatura, mas na atual. Encarou que devem se nominarem de forma muito clara ao longo do seu mandato, e que garantiria que cada parlamentar avaliasse a sua performance, e consciente de que não exerceu o papel de representante do professor, poderia refletir e rever a sua posição e reprovar de fato os intencionais dos professores do Município e não se restringir apenas em defesa de causas isoladas, e num representar todos os segmentos do Município, encerrando sua fala. Logo após, ocupou a tribuna a Senadora Ama Célia Mathias dos Santos Corrêa, iniciando sua fala, destacou solidariedade aos professores da Rede Municipal, considerando o movimento sindicância justa, destacou a intranegociação do Chefe do Executivo que de forma imparcial no recuso a receber a classe. Disse que o movimento não era novo, visto se arrastar ao longo do mandato do Prefeito Paulo Corrêa, ainda, que figura parte de uma Comissão em outras oportunidades, no sentido de resolver questões relacionadas a classe. Apesar de prisões e abusos e se engajarem no movimento dos professores, que além de reivindicarem melhores salários, lutaram por melhores condições de ensino e recuperação dos prédios encalhados. Comentou sobre a proposta da Bancada do PTB, que solicitava da Chefia do Executivo que recebessem a direção do CEPE. Abordou a greve dos previdenciários, e que desde dia 22 estavam com suas atividades paralizadas, e que entrou para a previdência através de concurso, e mesmo inserido na vida pública não usava do mandato político para se promover na previdência. Concluiu a toda classe de funcionários da PUCF a se engajarem no movimento dos profissionais do ensino e que acima de tudo pensaram unificadas forças que de obtiverem dias melhores, salários mais dignos, encerrando sua fala. Não havendo mais oradores imediatos, o Senhor Presidente, trouxe para os trabalhos à ORDEM DO DIA Nesta etapa, foram apreciadas as seguintes matérias. Aprovadas as Sessões nºs 85 e 87/88. Foram encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça, os seguintes Projetos. Projeto de Lei nº 146/88, de autoria do Senador Imre Condor e Barai. Projeto de Resolução nº 27/88, de autoria do edil Octávio Raja Cabral. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou a presente reunião em nome do Deputado, para comentar, manifestou que se favorece esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, é provada, será aprovado, para que produza os seus efeitos legais.

Jair Bello  
autógrafo

Quinta-feira

11

Ata da Décima Oitava Reunião  
Ordinária, do Segundo Período Or-  
dinário, do ano de mil e novecentos  
e oitenta e oito (1988), realizada  
na dia vinte de outubro de ano em  
curso.

As dezessete horas da dia vinte de outubro do  
ano de mil e novecentos e oitenta e oito (1988), sob a presidência do  
Senador Ribeiro Braga de Figueiredo, com a ocupação da presidência, re-  
gundo secretarias pelos Senadores Imar Condé e Abreu, Octávio Rijo  
Gabaglia, reuniu-se à Câmara Municipal de Cabo Frio ordinariamente. Presentes,  
responderam a chamado nominal os seguintes Senadores: Guilherme, Antônio, Francisco, Acílio, de Oliveira, Alcides, Senna de Souza, Fma Celia, Bathur dos San-  
tos, Cecília Pereira da Silva, Ermínia da Silva Santos, Heaura José do  
Azevedo, Silviano dos Santos Figueira, Silva e Walter de Benno, Sereira. Fazendo  
número regimental, o Senhor Presidente, declarou aberto o presente  
reunião em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as requi-  
tantes Atas: Ata da Décima Quinta Reunião Ordinária, Ata da Terceira Reunião  
Extraordinária, realizada no dia vinte e dois de setembro. Ata da Décima  
Sexta Reunião Ordinária, Ata da Quarta, Quinta e Sexta Reuniões  
Extraordinárias, realizadas no dia vinte e sete de outubro de ano em  
curso. Logo após, o Senhor Presidente, determinou a leitura do EXPEDIENTE  
TE, que contou de seguinte: Requerimento nº 137188, de autoria do Senador  
Antônio Carlos de Carvalho Fruetado, depois sobre ofício de Ressar a família  
do Senhor Antônio de Abacaxi Castro, pelo seu falecimento. Projeto de Lei nº  
148188, de autoria do srº Octávio Rijo Gabaglia, denominado Rua José Carlos  
Baptist, a Rua 06, Bairroamento José Fernandes, Búzios - 3º Distrito de Cabo  
Frio. Projeto de Lei nº 150188, contendo alteração na Executiva nº 91188, au-  
toriza a realizar operação de Crédito Imobiliário no valor de C\$100.000.  
000,00. Projeto de Renovação nº 030188, de autoria do Senador Dirley Pereira  
da Silva, concede Título de cidadão cabofriense a Wimilton Paolo de Silva (fale-  
ceu). Projeto de Renovação nº 31188, de monstro autor, concede Título de cidadão cab-  
ofriense ao Senhor José Carmo de Azevedo. Projeto de Renovação nº 39188  
concede Título de cidadão ao Senhor Gilson Jenícius Cavalcante homenageado  
a leitura do Expediente, o Senhor Presidente, trouxe portar os trabalhos de nego-

mento dedicado aos Graderões Imperiais. Fiz uma da palavra o Jenador Octávio Ribeiro Gabaglia, iniciando sua fala, disso que com a promulgação da nova Constituição o país pôsou definitivamente a trilhar os caminhos de novos horizontes, fazendo ponto finalmente do rol dos países democráticos. Disse do interesse do município Búzios neste horizonte e ne alargar a vida das pessoas em termos de crescimento do município, visto que a cerca de dois meses iniciou um trabalho no Rio de Janeiro com profissionais de um nível digo de turismo na área de eventos da TURISMO, com propósito de elaborarem um plano de governo na área de turismo para o candidato do PSLB o prefeito Otávio dos Santos, tendo como ponto de partida, o festival de abertura oficial do verão, no mês de dezembro, Rio de Janeiro, seu festejo no município independente do Prefeito que vieresse o resultado no dia 15 de novembro próximo. Disse que nessa oportunidade recebera telefonema confirmando a realização do festival de música popular Brasileira, e ainda, que tal evento faria contestada pelo vereador Antônio Carlos Grunwaldt, que afirmava que o festival não realizaria sob as esperanças digo, expectativas do público, e que o festival não pôsso de um maneira com fins eleitorais. Diante de tais colocações, fizei agradecendo ao patrocinador que o festival fosse realizado nos primeiros dias de dezembro, visto o município ter muitos turistas no mês de dezembro, e que o patrocinador teria tempo hábil para divulgar tal evento. Encolheram também que recebera telefonema da TURISMO, que informava que o Presidente da Associação de Hotéis de Cabo Frio, o Senhor Décio de Souza proprietário do Hotel Porto Peño, teria visitado a TURISMO, ponderando que o festival não poderia ser realizado, por não uma manobra política e que não tinha sido consultado sobre a iniciativa. Disse ainda, que o Senhor Décio de Souza, alegou desconhecer a iniciativa do parlamentar, dando demonstração de incompetência e falta de visão para um assunto tão importante para os destino da Associação que prendi, e que mesmo manobra política fasse, o município tem que gerar riquezas para distribuir riquezas, que mesmo o festival se realizasse no 3º Distrito, Búzios não reuniria as condições ideais para execução do festival. Concluindo, disse que a obra de enaltamento da Estrada Cabo Frio-Búzios teve seu início com os estudos topográficos levada a efeito pela Empresa Construtora Engenharia, declarando apesar que as máquinas de terra planagem chegaram na vila que veio, para a preparação da sub-base onde foram colocados os soltos, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a tribuna o Jenador Dirceu Pena da Silva, iniciando sua fala, negando com total negatividade para

término do Governo Alair Corrêa, dirigindo que a crise não seria por que fôr  
 na o Município era nem dúvida o impasse criado pelo Executivo com referência aos  
 professores da rede municipal. Apelou aos parlamentares da Bancada do PSLB,  
 no sentido de encarregar as providências já adotadas no que tange a abertura  
 dos caminhos de negociação entre o Executivo e a categoria municipal e fui em  
 falso, contando, com a solidariedade da comunidade cabofriense, ainda não  
 haveria chegado para o impasse. Disse ainda, que o movimento reivindica  
 tórcia dos professores tão nida pacífico, passivo demais face as dificuldades  
 que se apresentam, entendendo que o movimento poderia adotar uma po-  
 tura mais exigente e organizada estabelecendo até calendário para a solução  
 do impasse, colocando objetivamente o que reivindicam. Registrav, apela  
 ao Executivo municipal no sentido de respeitar mais os segmentos organiza-  
 dos da Sociedade Cabofriense. E que o professorado deveria não só adotar uma  
 postura mais exigente, como também trazer para a Cava de Beira o painel de Alu-  
 mos da rede pública municipal, e que, a posição adotada pelos professores na  
 reunião próxima passada, fora legítima e democrática e que tinha como objetivo  
 o diálogo, e que lamentavelmente tal fato não aconteceu, visto grande parte  
 de parlamentares no momento não permitindo a verificação de quorum, con-  
 siderando tal fato desfavorável, entendendo que o parlamentar não deveria fugir  
 nem temer o diálogo. Registrav preocupação pelo fato do Executivo municipal  
 voltar a solicitar autorização a Cava de Beira para centrar em prazo,  
 nem que se justifique tal procedimento, temendo que a iminente tentativa  
 dentro de outras verbas, o que comprometeria admentivamente o Muni-  
 cípio. Quanto ao verbete dito. Quantas as obras na periferia do Município  
 disse que a mesma deveria ter uma preocupação com a parte técnica, visto o  
 nível das ruas ficarem acima de nível das residências, considerando as  
 obras no Jardim Encantado eleitoral e de véspera de eleição. Apelou a  
 Bancada do PSLB, no sentido de encarregar também as razões para a cor-  
 tração de empréstimo e que na qualidade de fiscal do Poder Executivo penha  
 adotar diante da matéria uma posição a contento quando da votação da ma-  
 téria, encerrando sua fala. A seguir ocupou a tribuna o Vereador Antônio  
 Góis de Oliveira, iniciando sua fala, direxe que a realização da obra de pavimen-  
 tagem da Estrada Cabo Frio-Búzios, foi uma vitória de atual diretor do  
 PSLB e também uma vitória pessoal do Prefeito Alair Corrêa, que se véspera  
 do início da execução da estrada, viinha de fato integrar o Distrito sede com

o 3º Distrito, que através do empenho da Bancada do PSLB conseguira a redução dos preços das passagens dotando a população de tal benefício, que não podia nem alcançada nem que antes não se houvesse tentado a melhoria das condições daquela estrada. Disse que uma vez pavimentada a Estrada de Rúgios, haveria de encontrar mais facilmente os ruímos da centro comunitário Iabanguano da Cumba Branca, de lá que seria denominada para amparar o idoso do Município. Disse que talvez a população possa melhor avaliar quem não aqueles que tentam ganhar a opinião pública desinformada das obras que realmente não executadas através do empenho sério e equilibrado daqueles que fizeram perdendo a perspectiva do comando do Município, que não poderia ser confundido com os agressivos que tentam apurar confundir a população. Disse ainda, que a Bancada do PSLB na Cana de Barro, era uma Bancada partidária ideológica e que se apresentava como posição política e democrática, acrescentando que o Partido, é grande responsável pelo nontrabalhamento da democracia neste país. Comentou o fato dos profissionais estarem sendo utilizados por políticos e não característica, nem caráter, que nem estrutura política querem se utilizar de um movimento sério e justo e que desde logo a Bancada do PSLB nenhuma ligação tem com a questão, procurou concorrer para solucionar. Enclarceu que, com encontrando alguma dificuldade para resolver o impasse, afirmando que a reivindicação da classe trabalhadora não dificuldades que temia que enfrentar o Município para atender e mais, que o peso de uma reivindicação inclui também a responsabilidade para que possa alcançar uma solução cercada de pleno êxito para que o futuro governo possa cumprir os compromissos assumidos. Disse não mais estar temendo com a perda de prestígio que eventualmente se pudesse gravar, visto ter a responsabilidade com anúncios de alta relevância e que levados por uma delegação dos parlamentares procurou juntamente com o Vereador Acyr Silveira da Rocha, colocar para o Executivo os entendimentos mantidos com o Diretório do CEPE, nem que fosse permitido a rebre de qualquer resíduos que pudessem ser aproveitados pelos candidatos majoritários do PFL e do PDT. Disse que a tentativa de superar o impasse marcha através do bem-senso, nem de menos a base de entendimento, acrescentando que o elongamento das reivindicações não é curva normal das negociações, e que não poderia adiantar nada de comando em termos de solução para o impasse, e que o Executivo é Municipal. Bancada do PSLB entãõ empurrou no sentido de resolver a questão no melhor dos propósitos, no final tudo o resto para com a classe, encerrando sua fala. Logo após, ocupou a

tribuna o Deputado Walter de Bessa Seixas, iniciando sua fala, disse da sua satisfação em receber a nova Constituição Brasileira, mantendo os artigos da nova Carta mas novas responsabilidades dos direitos e deveres do cidadão. Explorou na íntegra o capítulo IV da Constituição que rege sobre autonomia dos Municípios Brasileiros, visto que no artigo I da carta anterior o Município não era tido como célula da Federação. Disse também que, a Legislativa sempre delegou poderes ao Executivo no que tange ao direito de legislar sobre matéria financeira, que a nova Constituição resguarda definitivamente da fala e de direito tal prerrogativa. Questionou sobre a preparação futuros parlamentares quanto da elaboração da lei Orgânica do Município, e que muitas vezes uma lei é pautada de forma reacionalizada, face a mesma acompanhar os preceitos do desenvolvimento social, e que evidentemente não seria auto aplicável nos tempos modernos, a Constituição do tempo do Império, e que naquele período Portugal se encontra forte influência sobre a colônia para promover eleger constituintes que elaboraram a Constituição que teve a aprovação por parte de muitos Brasileiros. Disse que a atual Constituição, verifica-se muitas contradições, ressaltando porém, que a mesma é inventada de muitas avenças no campo social, de muitas conquistas para o trabalhador brasileiro, sobretudo a proteção do trabalho brasileiro, visto que anteriormente os contratados de serviços para estrangeiros acusava outra versão nos relatórios para a exploração do petróleo. Destacou a necessidade da politização do povo brasileiro para buscar a verdadeiro caminho do país, não buscando-se apenas nos artigos da atual Constituição para que a Nação se reencontre diante de outras etapas do mundo interno. Destacou também, a necessidade da necessidade tornar de fato conhecimento da Nova Carta, face a constituição proporcionar um leque de oportunidade a todo povo brasileiro, permitindo a participação da vida comunitária. Afirmando que, com a instalação da Assembleia Municipal Constituinte, a população terá a oportunidade de participar da elaboração de lei Orgânica, com entendimentos populares, considerando um dos aspectos mais extraordinários, que tais avanços deveriam ser colocados em prática e exercitados para que este efetivamente em exercício, e que se hoje verifica de muitos graves problemas no país, foi fruto dos lutos dos trabalhadores sindicalizados principalmente do Município, mas de lutar também pelas pláticas de democracia. Abordando a questão dos profissionais da rede municipal, disse que vem cobrando constantemente para a direção do CEPÉ, que se a organização e a voz do trabalhador levava ao

ao homem as grandes vitórias, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais oradores macotos, o Senhor Presidente, transportou os trabalhos a ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foram apreciadas as seguintes matérias: Aprovado o Regimento nº 173/88. Encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça, os seguintes Projetos de Lei nº 148/88, de autoria do Senador Octávio Raja Belaglia; Projeto de Lei nº 150/88, contendo abreviação Executiva nº 91/88. Projeto de Resolução nº 30 e 31/88, de autoria do Senador Dilley Pereira da Silva. Projeto de Lei nº 39/88, de autoria do senador Antônio Carlos Trindade. Aprovado o Parecer favorável da Comissão de Finanças. Encerrado o Projeto de Lei nº 139/88, contendo abreviação Executiva nº 86/88. Terminado o Ordem do Dia, o Senhor Presidente, transportou os trabalhos ao segmento dedicado à Explicações Pessoais, fazendo da palavra o Senador Olívierio Lacerda de Souza, iniciando a sua fala, disse da sua luta juntamente com a sua bancada procurando buscar a compreensão do Prefeito Alair Corrêa com relação a greve dos professores da rede municipal, e que com diversas oportunidades colocava ao Chefe do Executivo a responsabilidade que tinha com os alunos da rede municipal, e ainda, que o prefeito respondia que a volta dos alunos no salário da sala era responsabilidade dos professores municipais. Disse também que, não havia em seus preparatórios e a sua dedicação ao povo do município, e que entendeu politicamente a classe dos professores nem em quem interessa política e que na hora oportuna o chefe do Executivo cumpriu fielmente com suas responsabilidades, encerrando sua fala. A seguir, fazendo da palavra o Senador Américo Batista dos Santos Corrêa, iniciando a sua fala, disse que observou no pronunciamento do líder da bancada do PoderB, uma abertura para que possa discutir um entendimento entre o governo municipal e os professores da rede municipal, acrescentando que o que buscava a classe era opor a via do discurso, das negociações, visto alguns professores já sofrirem o ônus do alongamento do movimento. Registrado foleamento da senhora Igabot, conhecida como Dona Eulácia Ponteiro, e que infelizmente não recebeu nenhuma homenagem da classe política cabocluense, face a mesma ter contribuído para a grandeza do município. Conclamou aos parlamentares que se unissem independentemente de siglas partidárias para o bem da colletividade e do justiça social, encerrando a seguir sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou o período reunião em nome de Deus. E, para concluir, mandou que se lavrasse esta Ata, que depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, seja assinada, para que produza os seus efeitos legais.

H

Eduardo Kravitz